

Jornal Económico	Periodicidade: Semanal
09-09-2022	Classe: Economia/Negócios
	Âmbito: Nacional
	Página(s): 1,3,6,7

Governo pede à ASAE para investigar margens das distribuidoras

Executivo pediu à Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) para averiguar se as distribuidoras estão a subir os preços de forma especulativa. Preço do cabaz de produtos alimentares essenciais subiu 12,4% desde o início da guerra, segundo a DECO. Associações empresariais pedem que as margens das grossistas de energia sejam fiscalizadas. ■ P3 e 6

SUBIDA DOS PREÇOS DE BENS ESSENCIAIS

Governo pede à ASAE para investigar ganhos das distribuidoras

Ministério da Economia pediu à Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) para averiguar se as cadeias de hipermercados e outras distribuidoras estão a subir os preços de forma especulativa.

FILIPE ALVES
falves@jornaleconomico.pt

O Governo pediu à Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) para investigar a existência de eventuais ganhos excessivos das empresas de distribuição, no seguimento de várias queixas sobre as subidas dos preços praticados por várias cadeias de supermercados e outras retalhistas, apurou o Jornal Económico junto de fontes ligadas ao processo. O objetivo é averiguar se essas empresas estão a aumentar os preços de forma especulativa.

Devido à escalada da inflação, agravada nos últimos meses pela guerra na Ucrânia, o tema dos chamados "lucros excessivos" tem estado na ordem do dia, com o Executivo a centrar as atenções nos sectores que fornecem bens e serviços essenciais. A nível europeu, fala-se da necessidade de criar impostos sobre os lucros excessivos, sobretudo no setor da energia, mas a experiência italiana - que conseguiu arrecadar apenas 10 milhões de euros com uma medida dessa natureza - demonstra que esse caminho não será fácil de implementar nos outros países da União.

Segundo a Deco, no início desta semana um cabaz de bens alimentares essenciais custava 206,39 euros, mais 12,4% que a 23 de fevereiro, véspera da invasão russa da Ucrânia. É neste contexto que se insere a entrada em cena da ASAE, na sequência de várias denúncias que chegaram ao conhecimento do Executivo relativamente às sub-

das dos preços praticados pelas empresas do sector. O advogado António Jaime Martins, sócio da ATMJ, considera que a ASAE tem toda a legitimidade para atuar.

"Em caso de suspeita de subida artificial dos preços, nomeadamente a coberto do contexto inflação generalizada a que assistimos, poderá ser investigada a eventual prática de um delito antieconómico de especulação, podendo a ASAE proceder ao controlo de preços de determinados bens a fim de apurar se se trata de uma subida injustificada de preços ou em razão da inflação (art.º 35, n.º 1, al. b) do DL n.º 28/84, de 20 de Janeiro)", explicou o jurista.

"Em causa poderá, igualmente, estar a prática de concertação e alinhamento dos preços em alta por parte de agentes económicos entre si, o que pode ser investigado pela Autoridade da Concorrência e dar lugar à aplicação de coimas elevadas e à inibição de tais práticas", adiantou António Jaime Martins. O sector da distribuição não será o único a ter de passar pelo crivo da ASAE no que diz respeito à subida dos preços. Tal como o JE avança na página 6 desta edição,

várias associações empresariais pedem que as margens das grossistas sector da energia sejam fiscalizadas de forma mais intensa.

Inquérito criminal não depende de queixa

A ASAE é um órgão de polícia criminal que existe para investigar a eventual existência de crimes contra a economia. Segundo a informação que consta do seu site oficial, a ASAE tem como missão "garantir os interesses dos consumidores, bem como a livre prática e concorrência leal entre os operadores económicos e a estabilidade dos mercados, através, por exemplo, do controlo dos preços de determinados bens".

Entre outros, a ASAE investiga crimes como o açambarcamento, exportação ilícita de bens, ofensa à reputação económica, fraude sobre mercadorias e especulação. Este último consiste na "venda de artigos ou prestação de serviços acima de valor legalmente estabelecido", segundo o artigo 35 do Decreto-Lei 28/84, de 20 de janeiro. Estes crimes contra a economia têm natureza pública, razão pela qual a abertura de um inquérito não depende da existência de uma queixa. Basta para tal que a ASAE tenha conhecimento dos factos através de uma denúncia.

O Jornal Económico procurou obter reações do Ministério da Economia e da ASAE, mas até ao fecho tal não foi possível. Por sua vez, a Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição (APED), que junta as empresas do sector, não quis fazer comentários. ■



António Jaime Martins
Advogado



Cláudia Romão



CRISE

Empresas querem mais fiscalização nas margens dos grossistas de energia

As medidas anunciadas para as famílias tiraram alguma expectativa aos empresários, mas estes não deixam de sublinhar a necessidade de apoios, flexibilidade e fiscalização na abordagem à crise energética que se vive na Europa.

JOÃO BARRIOS
jbarrios@jornaleconomico.pt

Depois das medidas anunciadas no início da semana para apoiar as famílias, o Governo deixou para depois do Conselho Europeu desta sexta-feira o anúncio do pacote de apoio ao tecido empresarial, gerando alguma ansiedade junto dos empresários. Para estes, urgentes medidas eficazes para abordar a atual crise energética, como a flexibilização de alguns apoios já anunciados ou uma maior fiscalização junto da distribuição se estes mecanismos têm sido aplicados, embora não sejam esperadas grandes novidades concretas em relação ao mercado grossista europeu.

O pacote apresentado segunda-feira gerou bastantes críticas de ambos os lados da oposição, que acusaram o Governo de "malabarismos" ao antecipar alguns aumentos e prestações sociais, e levou ainda ao arrefecimento das expectativas dos empresários para as medidas a eles destinadas, refere Afonso Luz, vice-presidente da Confederação Portuguesa das Micro, Pequenas e Médias Empresas (CPPME).

O representante das PME fala em "expectativas muito baixas, especialmente se olharmos às medidas para as famílias", apesar de apontar à sua urgência.

Para Afonso Luz, a ação do Executivo já chega tarde, visão ecoada pela Associação Empresarial de Portugal (AEP), que relembra que

"alguns países europeus já apresentaram propostas". Falta, portanto, um pacote com "impacto efetivo na redução dos custos das empresas" numa altura em que a situação económica se agrava.

"Os resultados do inquérito da AEP de setembro às empresas suas

"Tem havido um aproveitamento de toda esta situação para causar uma escalada inflação que o Governo tem obrigação de travar", diz Afonso Luz

associadas mostram de forma clara a incapacidade das empresas em repercutir a escalada dos custos de energia no preço final dos bens (pelo impacto que teriam na perda de competitividade e na carteira de encomendas)", refere a associação.

Assim, medidas como a suspensão parcial da produção nalguns sectores é defendida por muitos empresários, tal como medidas fiscais e de apoio à tesouraria, uma sugestão antiga da CPPME. Mas, além destas propostas, Afonso Luz aponta à necessidade de fiscalizar alguns grossistas no mercado energético, para quem também defende um imposto extraordinário.

Têm de ser colocadas medidas que restrinjam lucros e controlem as margens que os grossistas estão a

aplicar, e, se necessário, fixar um preço máximo para várias matérias-primas, em especial a energia", sugere, argumentando que "estamos perante aumentos brutais de energia e temos visto o reflexo da não adoção destas políticas nos resultados que estes grupos económicos apresentam, fruto de especulação".

"Tem havido nitidamente um aproveitamento de toda esta situação para provocar uma escalada inflacionista que o Governo tem obrigação de tomar medidas para travar", defende.

Já a AEP recorda que "a fixação de um teto no preço do gás para a produção de eletricidade (mecanismo extraordinário aprovado no âmbito do MIBEL) não tem tido o impacto desejado na fatura da



energia elétrica das empresas", pelo que uma via possível seria a "relocação do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) no apoio a investimentos empresariais".

Fim do mercado grossista não será imediato

As medidas para as empresas nacionais serão apresentadas após um Conselho Europeu extraordinário no qual os Estados-membros procurarão limitar os efeitos da crise energética no continente, onde a dependência russa deixa antever um inverno com menores quantidades de gás natural do que o habitual.

António Costa tem frisado a sua esperança numa reforma do mercado da eletricidade europeu ainda este mês, onde o atual modelo grossista tem sido mais uma fonte de pressão nos preços, mas Ricardo Marques, administrador e analista da IMF – Informação de Mercados Financeiros, sublinha as dificuldades desta decisão.

"Não sei se qualquer alteração pode ser rápida, tendo em conta que há uma série de contratos assentes nas atuais condições de mercado e em vigor. É uma questão para ser discutida, (mas) tenho muitas dúvidas que se chegue a uma conclusão rápida", afirma, antevendo alternativamente "um início de conversa".

Reconhecendo a necessidade de abordar o problema atual o analista da IMF sublinha a dificuldade em encontrar soluções de curto-prazo. Ao invés, é necessário diversificar fontes e apostar mais nas renováveis e nuclear, investimentos que "evitem que esta situação volte a acontecer". ■